

# Cotas raciais no Brasil: percepções de futuros professores

Rute Alves de Sousa<sup>1</sup>  
Maria Armanda Pedrosa<sup>2</sup>

**Resumo:** O Brasil apresenta grandes desigualdades. A maior parte da população pobre, com baixa escolaridade e em empregos informais é afro-descendente. Este artigo apresenta um estudo de caso referente a formação de professores de Ciências, com o objetivo de identificar percepções de FP de Ciências relativamente à política de cotas raciais para ingresso em universidades públicas. Os resultados sugerem que futuros professores desconheciam: i) a legislação que regulamenta o acesso a instituições federais superiores de estudantes de classes desfavorecidas; ii) realidades de crianças e jovens afrodescendentes que estudam em escolas públicas brasileiras. Relevando-se que desconhecimento destas realidades por professores contribui para exclusão escolar, é, pois, indispensável construir estratégias de formação de professores para a inclusão.

**Palavras-chave:** cotas de inclusão, formação de professores, afrodescendentes.

---

1 Doutora em Psicobiologia - Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ruteasousa@yahoo.com.br;

2 Professora da Universidade de Coimbra, Portugal, apedrosa@ci.uc.pt

## Introdução

A política de cotas raciais iniciou-se no Rio de Janeiro através da Lei estadual 3708/2001, tendo sido seguida por outras instituições (BITTAR; ALMEIDA, 2006; TELLES; PAIXÃO, 2013; VASCONCELOS; SILVA, 2005). A oposição a estas políticas tem sido muito forte desde a sua implantação (Ibidem), tanto pela classe média (TELLES; PAIXÃO, 2013), como por académicos (AZEVEDO, 2004; CAMINO et al., 2014; VASCONCELOS; SILVA, 2005). Entre os argumentos contra esta política, destacam-se: 1) inexistência de raças humanas – argumentam que geneticamente não existem raças humanas, portanto não deveria existir cotas raciais; 2) todos são iguais e deveriam ter os mesmos direitos – defendem que negros e brancos possuem as mesmas capacidades intelectuais, portanto teriam as mesmas possibilidades de entrarem nas universidades; 3) redução da qualidade das universidades públicas – sugerem que a inserção de negros nas universidades através das cotas podem comprometer a qualidade, porque os mesmos não conseguiriam acompanhar os estudos; 4) a igualdade de oportunidade de acesso às universidades poderia ser resolvida com a melhoria das escolas e do ensino gratuito – para esses entrevistados o problema é social, os que podem pagar escola particular conseguem entrar na universidade, logo se melhorasse a escola pública não seria necessário cotas raciais; 5) o acesso diferenciado aumentaria preconceitos – alguns entrevistados afirmaram “o sistema de cotas baseado na raça/cor da pele seria apenas uma forma de disfarçar o preconceito e até mesmo de aumentá-lo” (VASCONCELOS; SILVA, 2005); 6) os beneficiados poderiam sentir-se inferiorizados por associarem a política de cotas a inferioridade intelectual; 7) o acesso às universidades públicas deveria basear-se no mérito.

Dada a importância da política de cotas para promover a inclusão em todos os níveis de ensino, salienta-se que, segundo Telles e Paixão (2013), a não aceitação desta política expressa resistência em reconhecer o papel do racismo na criação de desvantagens educacionais. Mas, os futuros professores (FP) de Ciências perceberão que o racismo interfere negativamente nas aprendizagens? O que pensarão sobre a política de cotas raciais?

Para procurar respostas para estes questionamentos e aprofundar reflexões sobre eles realizou-se um estudo de caso investigativo que pretendeu identificar percepções de FP de Ciências relativamente à política de cotas raciais para ingresso em universidades públicas.

## Metodologia do Estudo de Caso

Para investigar as percepções de FP de Ciências sobre a política de cotas de inclusão racial no Brasil, utilizou-se uma metodologia qualitativa, exploratória e interpretativa (AMADO; FREIRE, 2014). O estudo de caso é um método de pesquisa que analisa em profundidade determinado fenômeno ou objeto de estudo (Ibidem). A pesquisa desenvolveu-se no 1º semestre de 2015, na disciplina “Tópicos Especiais em Ciências Biológicas”, do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas a Distância, de uma universidade pública do nordeste brasileiro. Esta disciplina não se vincula a um programa fixo e foi construída com a participação ativa dos alunos nos fóruns de discussão, em ambiente virtual de aprendizagem. A dinâmica das aulas foi coordenada pelas professoras que postavam textos e vídeos sobre as temáticas e abriam os fóruns de discussão, geralmente com uma pergunta que deveria ser respondida e discutida pelos FP. Quando as respostas eram superficiais e/ou não atingiam os objetivos pretendidos, as professoras lançavam novas questões para aprofundar a discussão.

Para cumprir a exigência da Lei 10.639/2003, que determina a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio da Rede Básica, foi desenvolvido o tema “Diversidade Étnico-Racial”, com ênfase nos subtemas: preconceito, racismo, política de cotas para a inclusão racial, violência e contributos dos afrodescendentes para a riqueza do país. Estes subtemas foram trabalhados de modo a promover o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afrodescendentes, tendo em vista contribuir para combater o racismo e as discriminações.

No semestre a que o estudo de caso se refere, a disciplina funcionou com 55 estudantes, matriculados em cinco polos, e duas professoras. Os participantes entraram na universidade pelos processos seletivos realizados em 2012 ou em 2014, tinham entre 20 e 50 anos, 20 % já tinham uma graduação e 17 % atuavam como professores da Rede Básica.

A coleta e análise dos dados centraram-se na análise de mensagens postadas no fórum da referida disciplina. Para promover a discussão da política de cotas raciais disponibilizaram-se significados de igualdade<sup>3</sup> e de equidade<sup>4</sup> e o artigo de Bittar e Almeida (2006). Neste artigo, os autores analisaram o processo de implantação da política de cotas para negros

3 <https://dicionario.priberam.org/igualdade>, acesso em: 28 dez. 2020

4 <https://dicionario.priberam.org/equidade>, acesso em: 28 dez. 2020

na educação superior, considerando o acesso e permanência de estudantes negros na educação superior. O texto do artigo retrata a resistência negra no Brasil e relaciona os movimentos anti-raciais com as políticas de cotas raciais.

Com este fórum pretendeu-se que os FP, considerando a leitura do texto e as definições de igualdade e equidade disponibilizadas, se posicionassem sobre a disponibilidade de vagas das universidades públicas para afrodescendentes.

As postagens da turma envolvida são consideradas como narrativas, dado os fóruns constituírem formas de comunicação assíncrona do ambiente virtual, *Object-Oriented Dynamic Learning Environment (Moodle)*, permitindo a visualização e a postagem de mensagens por todos os participantes.

Os estudantes citados consentiram, por e-mail, que as suas postagens fossem divulgadas. As postagens aqui referidas preservam o anonimato dos seus autores, sendo identificadas por uma numeração definida aleatoriamente e transcritas na íntegra, pelo que algumas transcrições apresentam incorreções formais.

## Resultados e Discussão

Dos 55 FP matriculados apenas 26 participaram no fórum. Destes, doze mostraram-se contrários à política de cotas, cinco mostraram-se favoráveis, cinco não expressaram opinião, tendo-se limitado a apresentarem excertos do artigo, e quatro não manifestaram um posicionamento específico, apresentando posturas de neutralidade aparente. Apenas dois argumentaram os seus posicionamentos com base em ideias de igualdade e de equidade.

Verificou-se que a maior parte das postagens contrárias à política de cotas reproduziam argumentos expostos pelas mídias, aparentemente ignorando ideias expressas no artigo disponibilizado, de Bittar e Almeida (2006). Destacaram-se as ideias baseadas no argumento predominante de que todos são iguais e, assim sendo, todos têm a mesma inteligência, pelo que todos teriam a mesma capacidade para chegar à universidade, sendo apenas necessário esforço individual. Esta argumentação sugere que os FP desconheciam a história dos afrodescendentes, os problemas de baixa autoestima diretamente ligados a preconceitos e às dificuldades nos processos de ensino e de aprendizagem que lhes estão associadas (SILVA, 2005). A perpetuação do desconhecimento destas situações levará os FP a reproduzirem atitudes e comportamentos excludentes nas suas aulas, escolas e

comunidades, privilegiando os mais favorecidos e contribuindo para manter, ou mesmo agravar, desigualdades (Ibidem).

A análise exploratória inicial das narrativas mostrou que: i) alguns FP desconheciam diversas desigualdades que afetam os afrodescendentes; ii) aparentemente todos os FP desconheciam o texto da Lei 12.711/2012, que determina as vagas para estudantes afrodescendentes. Efetivamente, nas narrativas analisadas não se encontraram argumentos baseados no texto desta Lei (que estabelece cotas para o ingresso nas instituições federais no Brasil). Apenas um FP apresentou trechos de artigos que mostravam a importância de ações afirmativas para reduzir as desigualdades, mas escritos antes da aprovação da lei federal de 2012. O desconhecimento da Lei 12.711/2012 ficou claro em pelo menos uma narrativa: "Acho que as cotas deveriam ser focadas para os pobres, não em negros [...]" (2109). Portanto, este FP não sabia que o texto da Lei 12.711/2012 se destina aos pobres nem que os afrodescendentes brasileiros são majoritariamente pobres. Apenas 42,3 % dos FP apresentaram argumentos evidenciando conhecimento de realidades dos afrodescendentes brasileiros. Os restantes 57,7 % apresentaram visões ingênuas e simplistas, expressando argumentos que indiciaram desconhecimento destas realidades e de relações entre equidade e igualdade (tabela 1).

**Tabela 1:** Extratos de narrativas que mostram conhecimento, ou desconhecimento, de realidades de afrodescendentes brasileiros

| Evidencia conhecimento de realidades de afrodescendentes  | Indicia desconhecer realidades de afrodescendentes e a importância da equidade para a igualdade  |
|---|--|
| Bem sabemos que a situação, por exemplo, dos negros, foi tratado desde o início da colonização de exploração feitas pelos portugueses no Brasil de forma para lá de excludente a essa raça. Muitas vezes extinguindo qualquer possibilidade de ascensão aos mesmo (2106).   | Nunca concordei com a ideia de cotas para negros, posso dizer que acho uma forma de diferenciação, somos iguais e por isso eles tem a capacidade de competir de igual para igual, assumindo assim um papel igualitário na sociedade (2137).                    |
| [...] nestes lugares os alunos não tem pão, passagem, escola estruturada, psicólogo, cursinho de inglês, ballet, nem coisa parecida, inclusive professores de todas as matérias no ensino médio, salientado que é privilegio de alguns brancos que frequentas as nossas escola bem estrutura da rede privada e digo isso como docente de escola publica e privada (2156). | Se perante a lei, somos todos iguais, porque fazer essa diferença? Não acredito que seja como forma de reparo, mas sim como um conceito já formado sobre os negros, de que não tem a mesma capacidade de conquista tornando-os mais uma vez inferiores (2133). |

|   |   |
|---|---|
| <p>No caso, acredito que não seja a cor que desfavoreça, mas sim as oportunidades, os investimentos para algumas que são poucos, tornando assim o caminho mais difícil. Infelizmente, confundimos negros, como pessoas desfavoráveis, não é o caso, o contexto é que fazem as pessoas desfavoráveis (2121).</p> | <p>Não tenho nem um tipo de preconceito, mais acho que as cotas das universidade, concursos e demais tipos vantagens para negros esta errado, pois se somos todos iguais por que eles tem vagas especiais para eles, para os deficiente sim, pois eles muitas das vezes estão em desvantagem em algum tipo de função, Mais a cor não significa nada de diferença ou dificuldade [...] (2101).</p> |
|---|---|

A tabela 1 apresenta extratos que mostram o conhecimento de FP sobre realidades de afrodescendentes brasileiros e trechos que mostram que alguns FP percebem as realidades de afrodescendentes de formas ingênuas e simplistas. Note-se a utilização de argumentos aceites e repetidos sem qualquer análise crítica, observados nas três narrativas apresentadas e a expressão “somos todos iguais”, observada em duas delas. Ao afirmar que todos são iguais, estes FP parecem desconhecerem realidades de afrodescendentes brasileiros e dificuldades que têm que enfrentar para ascenderem em qualquer área.

Camino e colaboradores (2014) sugerem que a afirmação de que “todos são iguais” ratifica a ideia de meritocracia, de que “todos” teriam a mesma capacidade intelectual e poderiam competir igualmente para vagas nas universidades. Porém, estudos mostram que o desempenho estudantil é influenciado por diversos fatores, inclusive a cor da pele (FRANÇA; GONÇALVES, 2012). Para Frias (2012), o que prejudica os afrodescendentes são as atitudes sociais negativas em relação à cor da pele e a outras características fenotípicas, e não essas características em si. Ou seja, os problemas residem no racismo e consequentes desvantagens de afrodescendentes relativamente a brancos.

A análise exploratória revelou ideias comuns nas narrativas dos FP e organizaram-se em seis categorias, algumas com subcategorias, que se apresentam na tabela 2.

**Tabela 2:** Categorização das ideias identificadas nas postagens dos FP e respectivos indicadores

| Categorias   | Subcategorias            | Indicadores   |
|--|--------------------------|---|
| Conhecimento de realidades de afrodescendentes brasileiros | A favor ou contra        | Posicionam-se a favor ou contra as cotas com base em conhecimentos de realidades. |
|  | Equidade e desigualdades | Reconhecem a importância da equidade na superação de desigualdades.               |
|  | Exclusão histórica       | Apresentam dados históricos sobre afrodescendentes                                |

|   |                      |  |
|---|----------------------|--|
| Desconhecimento de realidades de afrodescendentes brasileiros | A favor ou contra    | Posicionam-se a favor ou contra as cotas, com base em conhecimentos do senso comum ou das mídias.    |
|   | Equidade e igualdade | Desconhecem a importância da equidade para reduzir desigualdades e prosseguir para igualdade.        |
| Qualidade da educação   |                      | Defendem que a educação básica de qualidade seria suficiente para reduzir desigualdades.             |
| Meritocracia  |                      | Defendem que basta esforço e dedicação para sair de situações desfavoráveis.                         |
| Preconceitos  |                      | Consideram que as cotas aumentariam preconceitos e estigmatizariam afrodescendentes como inferiores. |
| Negação do racismo  |                      | Afirmam que são contra as cotas, mas também que não são racistas ou preconceituosos.                 |

Algumas destas categorias têm sido descritas noutros trabalhos, como: 1) qualidade da educação; 2) meritocracia; 3) preconceitos. A meritocracia, ou seja, a crença de que todos podem vencer pelo seu esforço, tem sido defendida por muitos sem uma análise adequada. Segundo Valle (2013), a meritocracia distingue os mais talentosos, normalmente os que são privilegiados pelo nascimento, e reproduz as fronteiras sociais: “[...] a situação familiar, social, cultural e profissional exerce um papel considerável sobre o rendimento escolar” (VALLE, 2013, p. 301). Esta visão também é corroborada por outros pesquisadores, como França e Gonçalves (2012), para os quais o desempenho estudantil está relacionado com a origem social, o sucesso individual não depende do nível de esforço ou de habilidades inatas, mas pode ser determinado por características individuais, como capital econômico, sexo e cor da pele. Para Frias (2012), o mérito é injusto como critério de distribuição das vagas nas universidades porque, apesar dos indivíduos bem-sucedidos se terem esforçado e merecerem recompensas, o ponto de partida pode ter sido desigual, por motivos independentes deles e dos malsucedidos.

Em diversos trabalhos encontram-se argumentos contrários às cotas raciais, com alegações de que seria necessário investir em educação básica e melhorar a qualidade da educação pública, parecendo que a melhoria da qualidade da educação seria suficiente para acabar com as desigualdades (VASCONCELOS; SILVA, 2005). Contudo, tal não se verifica, tendo em conta, por exemplo, que, em 2017, a taxa de ingresso no Ensino Superior de afrodescendentes provenientes do Ensino Médio privado foi inferior à dos

brancos provenientes deste tipo de ensino (IBGE, 2018). Assim, os problemas associados às desigualdades não serão resolvidos apenas pela melhoria da qualidade da educação, sendo necessário escolas inclusivas, nas quais os alunos sejam respeitados nas suas diversidades e os professores os aceitem como são (FREIRE, 2008; OPERTTI, 2017).

A baixa autoestima e os sentimentos de inferioridade gerados pelo racismo e estereótipos, veiculados pelas mídias, geram sentimentos de autorrejeição que podem interferir no desempenho dos alunos, levando-os à reprovação e/ou evasão escolar (SILVA, 2005). Além disso, os professores têm expectativas baixas sobre a capacidade dos negros de classes populares (Ibidem).

A melhoria da escola pública é fundamental para que todos, independentemente da cor, religião, nível econômico ou sexo, possam ter as mesmas condições de competir em processos seletivos. Além disso, é necessário que os professores sejam formados numa perspectiva inclusiva que lhes permita conhecer e saber lidar com as limitações de alunos provenientes de diversos estratos sociais (PEDROSA, 2008).

## **Conclusões e implicações**

Os resultados da análise deste estudo de caso mostram que os FP: 1) desconheciam a legislação que regulamenta a entrada, em instituições federais brasileiras, de alunos das classes desfavorecidas, e daqueles que, nessa situação, se autodeclararam pretos, pardos e índios; 2) desconheciam as realidades de crianças e jovens afrodescendentes que estudam nas escolas públicas, assim como as limitações e dificuldades que enfrentam. O desconhecimento das realidades dos seus futuros alunos contribui para a exclusão escolar (FREIRE, 2008; LÓPEZ; TAMEZ, 2017). É, pois, indispensável construir estratégias de formação de professores para a inclusão, que os estimulem a conhecer as realidades de alunos da rede pública, provenientes de diversos estratos sociais, e a repensarem diferenças, diversidades e escolas (FREIRE, 2008; LÓPEZ; TAMEZ, 2017; OPERTTI, 2017).

## **Agradecimentos e Apoios**

A CAPES pela bolsa de pós-doutorado Proc. nº 07364/2014-08



## Referências

AMADO, J.; FREIRE, I. Estudo de caso na investigação em educação. In: **Manual de investigação qualitativa em educação** (p. 121–143). 2ª ed. ed. Coimbra: [s.n.], 2014.

AZEVEDO, C.M.M. Cota racial e estado: abolição do racismo ou direitos de raça? **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, p. 213 – 239, jan./abr.2004.

BITTAR, M.; ALMEIDA, C.E.M. Mitos e controvérsias sobre a política de cotas para negros na educação superior. **Educar**, Curitiba, Editora UFP, n. 28, p. 141-159, 2006.

CAMINO, L. et al. Repertórios discursivos de estudantes universitários sobre cotas raciais nas universidades públicas brasileiras. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 26, n. spe., p.117-128, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000500013>> Acesso em: 19 dez. 2019.

FRANÇA, M.T.A.; GONÇALVES, F.O. Sistemas públicos de ensino fundamental e a perpetuação da desigualdade: democracia e qualidade educacional como promotoras de justiça social. **R. bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 303-322, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982012000200006>> Acesso em: 19 dez. 2019.

FREIRE, S. Um olhar sobre a inclusão. **Revista da Educação**, Revista do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, v. XVI, n. 1, p. 5 - 20, 2008.

FRIAS, L. As cotas raciais e sociais em universidades públicas são injustas? **Direito, Estado e Sociedade**, n. 41, p. 130 - 156, jul/dez 2012. Disponível em: <<http://direitoestadosociedade.jur.puc-rio.br/media/7artigo41.pdf>> Acesso em: 01 mar. 2020.

IBGE. **Uma análise das condições de vida da população brasileira 2018**. Estudos e pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, Rio de Janeiro, 2018, 151 p. [PDF]. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>> Acesso em: 19 dez. 2019.

LÓPEZ, N.; TAMEZ, C.V. Introduction. In: LÓPEZ, N.; OPERTTI, R.; TAMEZ, C.V. (Eds.) **Youth and changing realities**: Rethinking secondary education in Latin America. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization 7, France, 2017. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000247577>> Acesso em: 01 mar. 2020.

OPERTTI, R. Inclusive Education 2030: Issues and implications for Latin America. In: LÓPEZ, N.; OPERTTI, R.; TAMEZ, C.V. (Eds.) **Youth and changing realities**: Rethinking secondary education in Latin America. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization 7, France, 2017. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000247577>> Acesso em: 01 mar. 2020.

PEDROSA, M. A. Metas de desenvolvimento do milênio e competências: Energia e recursos energéticos em educação científica para todos. **Actas del XXI Congreso de Enciga**. O Carballiño, Orense, 2008.

SILVA, A.C.A. Desconstrução da discriminação no livro didático. In K. Munanga (Org.), *Superando o racismo na escola* (pp. 21-37). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

TELLES, E.; PAIXÃO, M. Affirmative Action in Brazil. **LASA Forum**, v.44, n.2, p.10-12, 2013. Disponível em: <<https://lasa.international.pitt.edu/forum/files/vol44-issue2/Debates4.pdf>> Acesso em: 01 mar. 2020.

VALLE, I.R. Uma escola justa contra o sistema de multiplicação das desigualdades sociais. **Educar em Revista**, Curitiba, Editora UFPR, n. 48 p. 289-307, abr./jun. 2013.

VASCONCELOS, S.D.; SILVA, E.G. Acesso à universidade pública através de cotas: uma reflexão a partir da percepção dos alunos de um pré-vestibular inclusivo. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.13, n.49, p. 453-468, out./dez. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362005000400004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362005000400004&script=sci_abstract&tlng=pt)> Acesso em: 01 mar. 2020.